

Coisas da Política

Collor busca equilíbrio na política econômica

Na manhã de ontem, no Ministério da Economia, um grupo de assessores da ministra Zélia Cardoso de Mello dedicou um bom tempo a analisar qual o entendimento que a sociedade vem tendo, neste momento, da política econômica. "Será que estão imaginando que desistimos da política de austeridade?", perguntou um assessor. Um outro lançou sua dúvida: "Estamos passando uma imagem de incoerência?" A discussão tem procedência porque o governo tenta manter um pé no freio da economia e, ao mesmo tempo, dar um leve, bem leve, toque no acelerador. O presidente Collor, por sua vez, não quer ver o país paralizado pela política de combate à inflação, mas também dá todo apoio a sua ministra da Economia para evitar que os mecanismos de controle da economia sejam afrouxados. A ministra Zélia Cardoso de Mello executa este malabarismo político com cautela porque teme que isto transmita a impressão de que o governo, num salto, saiu da recessão para o desenvolvimentismo.

Zélia tem sentido na pele as pressões dos empresários pedindo um desafogo geral. Há uma ansiedade entre políticos, empresários e sindicatos para saber se realmente o país voltará a respirar os bons ventos do crescimento econômico. Esta pressão é tão séria que o insuspeito deputado Carrión Jr., vice-líder do PDT, escolhido pelo governador Leonel Brizola para suceder em influência o deputado César Maia dentro do partido, recentemente registrou, surpreso, a fúria contra a ministra que grassa no meio empresarial do Sul, principalmente de São Paulo. "O grande adversário da política econômica do governo não está no PDT nem no PT, está na Fiesp", diz o deputado. Há grande irritação dos setores produtivos com as medidas de contenção monetária do governo, com o controle de preços, enfim, com a política recessiva. O clima das notícias de que o governo pensa em mudar o rumo de sua política pode comprometer todo esforço feito até agora para estabilizar a economia.

O governo, na análise dos assessores de Zélia, vive o delicado momento da travessia entre o descongelamento e a liberdade de preços. A inflação a 7% está além do desejado, mas ainda é administrável, o *Fundão* está funcionando bem, o dólar anda comportado. O plano, que nasceu completamente desacreditado, começa a dar resultados, ainda que tímidos. Hoje, mais do que nunca, a política econômica precisa de credibilidade, precisa transmitir à sociedade a certeza de que as regras não mudarão. Os assessores da ministra Zélia temem que os leves sopros que estão dando a economia sejam interpretados como uma nova reviravolta. Temem, enfim, que prevaleça a idéia de que o governo vai mudar tudo outra vez, optando por uma política como a do ministro Mailson da Nóbrega, de aceitar a inflação como inevitável em nome do crescimento.

Um jeito de brecar esta tendência seria apertar mais alguns pontos nos cintos para sinalizar que o governo não abrirá mão

da política de austeridade. Mas também não é isto que o governo quer. Prevalece entre os assessores da ministra a idéia de que já foi aplicado ao país suficiente dose do amargo remédio da recessão. Embora as receitas pregadas por entidades e economistas do Primeiro Mundo recomendem doses mais reforçadas ainda de medidas recessivas, a ministra Zélia Cardoso de Mello, porém, tem resistido a estas pressões. A ministra acha que os países desenvolvidos podem programar recessões duras porque têm gorduras para queimar, mas aqui no Brasil não há nada mais a pedir do povo. Tudo que podia ser feito para frear a economia em nome do combate à inflação foi feito. Ninguém no governo imagina soltar novos pacotes recessivos, mas tenta encontrar fórmulas de, mantendo a austeridade, promover leves desafogos a setores dirigidos da economia.

A reunião dos governadores do Nordeste, realizada ontem no Palácio do Planalto, é uma boa demonstração da capacidade de equilibrismo da ministra Zélia. Todo mundo falou em austeridade nos gastos públicos, mas nem por isto saíram desgostosos com o presidente Collor. Pelo contrário, por pouco não houve um campeonato entre eles para mostrar quem era mais austero que o outro. Talvez tenha sido a primeira vez na história que governadores tenham se reunido para exibirem números de demitidos, não de admitidos no serviço público. O governador do Ceará, Ciro Gomes, orgulhoso, mostrou que reduziu em 30% as despesas. O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, anunciou a demissão de cinco mil funcionários. Neste cenário de arrocho o governo pode aceitar, através do presidente da Caixa Econômica Federal, Lafayete Torres, sua dose de refresco aos governadores. A CEF alongou o perfil da dívida dos estados, passando contratos de 12 a 15 anos para até 20 anos. Com isso, os governadores terão condições de pôr pagamentos atrasados em dia e, assim, terem direito de sacar financiamentos, previstos em orçamento mas que estavam retidos pela antiga inadimplência.

Esta fórmula tem a vantagem, aos olhos do pessoal da área econômica, de agradar sem gastar. Mais do que isto, o presidente Collor garantiu aos governadores que, pelas necessidades da região, os estados nordestinos terão prioridade na aplicação dos recursos na área social. E se os governadores do Sul do país reclamarem, o presidente dirá que esta política beneficiará a todos os estados porque irá deter a migração que provoca o inchaço metropolitano em todo país. Na verdade, porém, este movimento político objetiva obter valioso apoio da numerosa bancada do Nordeste ao *Projetão*. O presidente Collor está convencido de que, a par da estabilização econômica, precisa aprovar os 11 pontos do *Projetão* para realizar seu governo. E para isto depende da criatividade da ministra Zélia Cardoso de Mello para encontrar novas fórmulas de conquistar apoio da sociedade, sem entregar a chave do cofre do Banco Central.